Mendonça, entre outras questões que está a ser clarecer para a população. A palavra retomada ao vereador Valdemi Cintra, o mesmo faz suas considerações finais comparando a atual situação do município a uma estória de trancoso. Em seguida, não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente agradece a presença de todos e marca a próxima sessão para quinta-feira às 9h (nove) horas.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 2006.

Antonio Gomes do Nascimento.

Ata da 19ª Reunião Ordinária do II Período Legislativo de 2006. Aos 30 (trinta) dias do mês de novembro de 2006, por volta das 9h (nove horas), em última convocação no plenário da Casa Custódio Ferreira Nogueirão, sito à praça Amélia Soares Paes s/n, reuniram-se em sessão ordinária sob a presidência do vereador José Alves da Silva Irmão, os seguintes vereadores: Antonio Gomes do Nascimento, Euno Andrade da Silva Filho, Fernando Austriclínio da Silva, José Ivan Monteiro da Silva, José Lopes Silveira, Valdemi Vieira Cintra e a vereadora Claudiane Alves Melo de Oliveira. Ficou registrado a ausência dos vereadores: José Edmilson Cintra Pereira e João Amado de Araújo. Após, o Sr. Presidente deu por aberta a presente sessão solicitando a secretária que faça a leitura da ata anterior, a qual posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a proposição da ordem do dia que teve como pauta: Projeto de Lei nº 019/2006 do Poder Executivo com a seguinte ementa: Dispõe sobre a doação de 01 (um) terreno urbano e dá outras providências; Projeto de Lei nº 020/2006 do Poder Executivo com a seguinte ementa: Dispõe sobre a doação de 01 (um) terreno urbano e dá outras providências a Srª Maria do Carmo Alves Silva. O terreno do projeto de Lei nº 019/2006 foi doado para

GRAFSET

o Sr. João Noé dos Santos e sua esposa Maria José da Silva; Requerimento nº 063/2006, da Exma vereadora Claudiane Alves Melo de Oliveira, solicitando ao Ilmo Prefeito do Município, Sr. João Mendonça Bezerra Filho, instalação de uma Escola de Artes e Cultura, podendo ser complementada com uma escola de informática, no bairro da Caopa; Requerimento nº 064/2006, da Exma. Vereadora Claudiane Alves, solicitando ao Exmo Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Fausto Valença de Freitas, a reinstalação do Juizado Especial em nosso município; Requerimento nº 065/2006, do Exmo. Vereador José Lopes Silveira, solicita ao Ilmo Secretário de Infraestrutura e Urbanismo, Sr. Valdomiro Tenório Alves, rebaixar uma barreira (morro), no decorrer do calçamento na Vila da Barragem/cidade, nas imediações do loteamento Teresa Mendonça; Pareceres nºs 025 e 026/2006 das Comissões de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 014/2006, e Justiça e Redação de Leis, as quais foram solicitadas vistas pela Vereadora Claudiane na Sessão Ordinária do dia 21/11/2006' Pareceres nºs 031 e 032/2006 das comissões de Finanças e Orçamento e Justiça e Redação de Leis ao Projeto de Lei nº 017/2006 do Poder Executivo as quais foram solicitadas vista pelo Vereador José Lopes Silveira. Após, o Sr. Presidente dá continuidade aos trabalhos e encaminha as comissões competentes os Projetos de Lei nº 019 e 020/2006 do Poder Executivo. O requerimento nº 063/2006, posto em discussão, a requerente usa da palavra dizendo que é importante a existência de uma escola no bairro da Caopa, e que é preciso criar oportunidade de profissionalização não só para a juventude, mas para as senhoras, dando uma fonte de renda para

umas pessoas através dessa escola de arte. O mesmo posto em votação foi aprovado por 07 (sete) votos e 02 (duas) faltas. O requerimento nº 064/2006, também posto em discussão, a autora requerente Claudiane Alves usa da palavra justificando o retorno do juizado especial para tirar do judiciário a quantidade de processos da justiça comum que tramita em nosso município, pois esse juizado está fazendo falta nos pequenos conflitos que existe na cidade, e os cidadãos de Belo Jardim clamam por esse retorno. Também disse que já esteve no Tribunal de Justiça conversando com o desembargador Fausto Freitas e com o Prefeito João Mendonça e espera que esse pleito seja atendido e avaliado para que no próximo ano haja esse retorno. O vereador Valdemir Cintra usa da palavra e diz que é lamentável, porque Belo Jardim já teve esse juizado de pequenas causas, foi dado Título de Cidadão ao desembargador e depois sem nenhuma explicação foi retirado do município de Belo Jardim. Diz também que é oportuno o requerimento da nobre vereadora e espera que retorne, porque só quem precisa sabe a falta que esse juizado faz. Falou ainda que recentemente precisou recorrer ao juizado de pequenas causas que não tem em Caruaru e só atende oito pessoas por dia. Também cita-se a Ação Global que veio para Belo Jardim e que resolveu muita coisa, esperando assim que o desembargador Fausto Freitas que tem uma dívida social com esse município, já que ele prejudicou os servidores que ficaram em disponibilidade, possa tentar restabelecer, instalando esse juizado de pequenas causas. O primeiro vice-presidente Ismo Andrade Filho, falou que é

GRAFSET

de grande importância esse Tribunal de Pequenas causas, porque desafoga a pauta do juiz sumariante do dia, e a sociedade é quem ganha, o que não pode acontecer é criar esse tribunal e sem qualquer justificativa foi embora e se extinguiu em nossa cidade, aparecendo que se vier que venha fortalecido e funcione por que Belo Jardim hoje é uma cidade com mais de quatro mil ações. O mesmo posto em votação foi aprovado por unanimidade. O requerimento nº 065/2006, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por dez minutos para tomar algumas informações sobre os pareceres das comissões competentes, no que diz respeito ao orçamento de 2007. Retomando os trabalhos, a secretaria leu a portaria 206/2006 enviada pelo Poder Executivo, onde o Sr. Prefeito resolve exonerar o servidor José Wilson Mergulhão Maciel Filho do cargo de Secretário de Indústria e Comércio do Município. Após foi lida a Portaria nº 10/2006 do Poder Legislativo, onde resolve reconduzir o Sr. José Wilson Mergulhão Maciel Filho, para compor o quadro de vereadores que representa o Poder Legislativo deste Município, em tempo afastar o suplente João Amado de Araújo. O Sr. Presidente retoma os trabalhos da ordem do dia e forma uma comissão com a vereadora Claudiane Alves e Valdemir Cintra para conduzir a missa o vereador José Wilson Mergulhão Maciel Filho. Os Pareceres nºs 025 e 026/2006 das Comissões de Finanças e Orçamento e Justiça e Redação de Leis postos em discussão, os quais tratam do Projeto de Lei nº 014/2006, o vereador José Lopes usa da palavra dizendo que o projeto em discussão é da Lei Orçamentária, que estima a re-

receita e fixa a despesa do município para 2006. Falou ainda que o orçamento é dividido em três etapas, a parte da mensagem, da despesa e da receita, e no momento o vereador leu uma parte da mensagem, onde diz que a arrecadação tributária do Brasil tem forte concentração na união, por conseguinte o perfil da arrecadação municipal e os números constantes dos relatórios e gestão fiscal publicados na internet pela maioria dos municípios brasileiros demonstram que a realidade permanece. O mesmo ainda falá que Belo Jardim não é colocado na Internet, nem os relatórios, acrescentando que em outras cidades colocam e todos sabem que a economia brasileira aumentou como também a do município. Ainda diz que há uma previsão de receita de R$ 55.516.000,00 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e dezesseis mil reais) e no aspecto financeiro, o município situa-se no contexto regular. Falou também que no Art. 8º do Projeto diz que fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional até 40% da despesa, acrescentando que todos sabem que o débito de Belo Jardim em 2005 foi de 30 milhões de reais, na área de educação e o prefeito usa o dinheiro para outros fins. O mesmo ainda fez comentários de alguns itens do projeto, como saneamento, habitação, e reajuste do servidor entre outros, dizendo porém que a Câmara de Belo Jardim está sendo conivente, só está servindo para homologar ou validar coisas do Prefeito e a fiscalização dos vereadores está sendo destituída. Falou também do empréstimo que o Banco do Brasil fez de 156 mil reais, para compras de equipamentos de computadores e capacitação dos servidores para melhorar a arrecadação. Falou da previsão do

GRAFSET

IPTU que é de 200 mil reais, no que diz respeito ao Imposto de Renda e o Sr. Prefeito está descontando do servidor e não está repassando e o dinheiro está desaparecendo, como também ninguém sabe onde foi o dinheiro das taxas que os marchantes pagam, citando que no art. 23 da LDO o prefeito diz que poderá haver um PDV (plano de demissão voluntária) e diz que no projeto do concurso, vai-se demitir os servidores contratados para fazer o concurso. Mas o prefeito disponibiliza 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais) para contratação. Em seguida, solicitou ao vereador Valdemi Cintra que em seu programa cobre a denúncia feita, uma arrecadação mesmo presumível com os marchantes e até agora o tribunal nem o ministério público tomarão providências. Falou que tem medo que exista uma máquina e a autenticação seja falsa e cedo ou tarde estoure na dívida ativa da Prefeitura. Ainda sugere aos vereadores da oposição que vote contrariamente e pediu a secretária que nomei os nomes, digo, os vereadores que votaram contra. O vereador Valdemi Cintra usa da palavra dizendo que devem fazer suas partes, porque os dados estão claros, e vai entrar como uma representação no ministério público, porque esta casa aprovou um pedido de informação de feiras livres e abates de animais e até agora o prefeito João Mendonça não deu resposta, como também a taxa de iluminação pública. O vereador Antonio Gomes pede a palavra e pergunta se o vereador Valdemir Cintra sabe qual é a estimativa por mês dos bancos de feiras e abates. O vereador José Lopes também usa da a parte e diz que foi feito o levantamento e deu 45

mil reais. A vereadora Claudiane Alves usa do aparte e diz que a fiscalização deve ser na base, na questão da prestação de contas, no balancete que vai chegar, para que se faça a medição do duodécimo da casa, e a questão da previsão orçamentária é diferente, porque vai prever as despesas do ano seguinte. O vereador José Lopes falou que não teria nenhum problema se o prefeito tivesse colocado a previsão de 450 mil reais, dizendo ainda que em Terra dos Ventos quando o marchante mata um boi ele vai na casa de uma determinada pessoa e entrega o dinheiro, e que o prefeito pôs seu cunhado para tomar conta do matadouro. O vereador Valdemir Cintra volta a palavra e falou para a vereadora Claudiane porque não se coloca uma previsão à mais, porque esta casa está perdendo receita com tudo isso, e quanto a questão da prestação de contas não estão aqui discutindo para onde o dinheiro está indo, e sim a falta de contabilização, acrescentando que só tem que lamentar, que fatos dessa natureza aconteça. A vereadora Claudiane Alves usa da palavra, saudou a presença do vereador José Wilson Mesquitas Filho e falou sobre o orçamento que é uma peça que faz previsões orçamentárias de despesas e receitas para o ano seguinte e não se trata de uma prestação de contas, não quer dizer que no município de Bdo Jardim já exista um parque de exposições e feiras de animais, mas quer dizer que se colocado no orçamento o prefeito poderá em 2007 construir e utilizar subsídios para construção e manutenção desse parque de exposição é de feira de animais, e como relação a taxa dos

GRAFSET

feiras e de abate, os vereadores da oposição estão cumprindo o seu papel fiscalizatório, e como vereadores da situação devem entoar o coro para que essa situação esteja resolvida e que a prestação de contas venha refletir a realidade. O vereador José Lopes pede a parte, diz que não existe nenhuma criança e sabe que a vereadora é uma advogada, mas o que ela diz não cola mais, dizendo que o prefeito gastou 4.980 reais com o centro de geração de empregos, solicitando que coloquem contadores que conhecam os serviços de Belo Jardim. A vereadora Claudiane volta a palavra e diz que a oposição está fazendo seu papel e muitas coisas é questão de opinião, pois o vereador José Lopes tem mais esperiência em contabilidade e administração, mas que qualquer um dos vereadores presentes, acrescentando que não se trata de uma prestação de contas, e que o dinheiro consignado é uma previsão para o ano que vem, pedindo assim a aprovação do orçamento e que serão parceiros naquilo que for necessário a fiscalização para que a prestação de contas venha corretamente e em termo de previsão orçamentária para o próximo ano e não ver nenhum problema. Após, o Dr. Presidente colocou o projeto em 1ª votação, os pareceres nºs 25 e 26/2006, os quais foram aprovados em 1ª e 2ª votação por 06 votos contra 03 dos Vereadores: José Lopes, Valdemir Cintra e Fernando Austriclínio. Os pareceres nºs 031 e 032/2006 ao Projeto de Lei nº 017/2006 postos em discurssão o Vereador José Lopes usa da palavra e diz que o projeto inicial sobre o empréstimo, depois veio a complementação, por isso falou

que a parte que está com ele não tem a segunda parte. O pr. Presidente pediu a parte e falou que por fazer parte da comissão de justiça e ser presidente da mesma, conversou com alguns vereadores e viu que estava faltando alguns elementos esclarecedores no projeto, os quais seriam as máquinas e o valor das mesmas e quando seria a aquisição dessas máquinas, conversando assim com Cacá Maciel e ele entendeu que estava faltando esses elementos e enviou o restante. O vereador José Lopes localizou o valor de 594 mil reais para finalidade e aquisição de uma moto niveladora que é a patrol e uma retro-escavadeira, onde o empréstimo é junto ao BNDS, o órgão repassador é o Banco do Brasil, e o cronograma do reembolso é de cinco anos e não se fala de carências nem taxas de juros, além de não informar qual é a transferência correta que é descontado. Falou ainda que 600 mil reais representa um percentual pequeno para a arrecadação de Belo Jardim, lembrando-se que Cintra Galvão ao assumir a prefeitura em seu II mandato fez um desfile de máquinas e equipamentos novos e Cecílio Galvão comprou um coletor de lixo, e quando João Mendonça assumiu esse coletor tinha seis meses e ele propositalmente deixou a ferrugem comer e alguém vender, e tirar peças como fizeram com a padaria e a fábrica de leite. O mesmo ainda diz que o pr. Prefeito pegou todo equipamento e vendeu por uma ninharia, que deu um valor de 21 mil reais, estando alguns carros que foram vendidos e os carros doados pelo corpo de bombeiro e o pr. Prefeito não teve a capacida-

GRAFSET

de de transferir para o patrimônio municipal. Ainda falou que a conta de combustível chegou a cifra de mais de um milhão de reais, sabendo que Belo Jardim precisa de tratores para ajudar aos pessoas que têm terras. O mesmo ainda disse que o lixo coletado na cidade pelos garis, os mesmos são servidores da Prefeitura porém quem recebe é a LOCAR e dezenas de coisas erradas que acontecem no município. Após, o Sr. Presidente coloca os pareceres juntamente ao Projeto de Lei em votação, os quais foram aprovados por 06 votos contra 03 dos vereadores José Soares, Valdemir Cintra e Fernando Austriclínio, em 1ª e 2ª votação. Em seguida, não havendo mais matéria para ser discutida no 1º expediente e nem vereadores inscritos para o 2º expediente, o Sr. Presidente dá por encerrada a presente sessão marcando a próxima reunião para o dia 05 de dezembro de 2006

Sala das Sessões, em 30 de Novembro de 2006

Antonio Gomes do Nascimento

Ata da 20ª Reunião Ordinária do II Período Legislativo de 2006. Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro de 2006 (dois mil e seis) por volta das 9h (nove horas), em última convocação no Plenário da Casa Custódio Ferreira Mergulhão, sito a praça Amélia Soares Paes s/n, reuniram-se em sessão ordinária sob a Presidência do Vereador José Alves da Silva Irmão, os seguintes vereadores: Antonio Gomes do Nascimento, Euno Andrade da Silva Filho, Fernando Austriclínio da Silva, José Edmilson Cintra Pereira, José Ivan Monteiro da Silva, José Soares Silveira, José Wilson Mergulhão Maciel Filho, Valdemir Vieira Cintra e a Vereadora Claudiane Alves Melo de Oliveira. Após, o Sr. Presidente deu por aberta